

2

Mulher-Mãe: Escolhas, Sentimentos e Estratégias



Após a abordagem dos aspectos que marcaram a identidade e o trabalho feminino ao longo da história e as questões presentes no cenário atual, entraremos pelo mundo da mulher-mãe. Ao assumir este papel a mulher se envolve em uma condição particular pois é incumbida responsabilidade pela evolução saudável de seu filho sendo simultaneamente convocada pelo meio social a produzir no mercado de trabalho.

Muitas teorias acerca do desenvolvimento humano ressaltam a relação entre a mãe e o bebê como base para a constituição subjetiva dos indivíduos. Elegemos o referencial teórico de Donald W. Winnicott para analisarmos o papel da mulher enquanto provedora de condições ambientais para que este desenvolvimento se estabeleça de forma adequada. Abordaremos também a temática do cuidado e o papel das redes de apoio para compreendermos alguns dos elementos que marcam a dinâmica da mulher contemporânea que concilia a carreira com o exercício da função materna a partir do seu desejo.

2.1.

Tornar-se mãe: o nascimento de uma unidade

O marco inicial para o surgimento do sujeito é a produção de discurso que traduz representações no imaginário dos pais, como sinalizou originalmente Freud (1914/1976), ideia retomada e desenvolvida por Winnicott (2006). Essas representações expressam o desejo por um filho, que permite a inauguração de sua existência. Trata-se de uma construção que compreende o narcisismo dos pais, suas histórias pregressas, suas relações familiares, sua interação com o contexto social no qual estão imersos.

Após a decisão sobre a concepção inicia-se o processo biológico da gestação que se origina na a fecundação do óvulo, passa pelos sinais do feto vivo que se manifesta com seus chutes e movimentos e evolui até a viabilidade do feto, um estado indicativo da capacidade de sobrevivência mesmo no caso de um nascimento prematuro (Winnicott, 2006). O marco do nascimento é compreendido pelo autor como ponto central para os pais, em função do reconhecimento do bebê enquanto ser existente e real. A dinâmica do casal se transforma quando estes acrescentam as funções maternas e paternas à relação

conjugal, havendo um maior impacto na vida da figura que, em geral, assume o cuidado do recém-nascido, a mãe (Rapoport & Piccinini, 2011).

Comparando a maternidade a uma tarefa de responsabilidade à qual as pessoas são confiadas, Winnicott (2006) afirma que a mulher não é tomada pela preocupação com a possibilidade de gerar e cuidar de um bebê enquanto não vivencia a maternidade. Quando a presença do filho se torna real, a mulher se volta para a realização da função materna e por determinado período se concentra quase que exclusivamente ao seu bebê. O período gestacional é significativo para que as mães se preparem para assumir esta condição, entretanto, o autor afirma que “eles (os bebês) simplesmente aparecem e as mães tem o tempo necessário para se reorientar e para descobrir que durante alguns meses seu oriente não estará localizado a leste, mas sim no centro.” (WINNICOTT, 2006, p.4).

O nascimento envolve uma justaposição de paradoxos: a gravidez e o parto, a completude e as restrições, a unidade mãe-bebê e a família que se forma, que representam ciclos de vida e morte, de construção e ruptura. São necessárias reconfigurações que acomodem esta nova organização, pois:

o nascimento de uma criança promove uma ruptura com o que está colocado no meio ambiente, ao mesmo tempo em que ocorre a transmissão ao bebê das tradições culturais peculiares à sua família. O emergir de uma singularidade demanda a redefinição de tudo o que está posto no mundo por ocasião do aparecimento da criança. (SAFRA, 2004, p.76)

Neste momento a mulher se transforma e é absorvida pelo desempenho dos cuidados maternos conectando-se ao bebê, não havendo espaço para a realização de outras atividades. Esta condição especial é concebida por Winnicott como Preocupação Materna Primária e se refere a um estado de integração em que a mãe e o bebê são um. A mulher se coloca à disposição de seu bebê, anulando inicialmente os próprios sentimentos, desejos e necessidades para captar e oferecer aquilo que seu filho precisa.

2.2.

Cuidar, se entregar e integrar

Nossa organização subjetiva tem início em um estado de dependência absoluta que ao longo do processo de amadurecimento vai gradualmente dando

lugar à autonomia, passando pela dependência relativa em direção à independência. Essa passagem constitui um processo paradoxal: para se tornar autônomo é preciso ter sido totalmente dependente no início do percurso. O processo requer um cuidador que inicialmente se identifique com o bebê, formando uma unidade, e que em seguida seja capaz de facilitar o processo de diferenciação do não-eu, segundo Winnicott (2006). Para que o sujeito se aproprie da vida é preciso que outro se ofereça para lhe contornar, desenhar seus limites e dar sentido à sua existência. Safra define que “o bebê, a fim de que possa iniciar a constituição de si mesmo, necessita que alguém no mundo seja seu anfitrião e acolha seu gesto que constitui o início de si mesmo” (SAFRA, 2004, p. 104)

O cuidado vai além da execução de tarefas práticas, tais como o banho e a alimentação, compreendendo a capacidade de se conectar ao outro e estando atento às suas demandas conforme descreve Plastino (2009). Partindo desta concepção, se estabelece uma ética do cuidado “alicerçada no reconhecimento da alteridade e seus correlatos, na diminuição do narcisismo e da onipotência” (PLASTINO, 2009, p. 53). Esta perspectiva é muito pertinente à compreensão da maternidade como um campo de relações orientadas para as necessidades do outro. A ética do cuidado se estabelece entre mãe e filho quando esta rompe com a onipotência em oferecer o que acredita ser o melhor para o seu bebê, mas se preocupa em compreendê-lo, olhando-o não como extensão de si, mas possibilitando a sua própria existência.

Neste momento, explicitaremos dois conceitos dada a sua relevância na relação mãe-filho, de acordo com a teoria winnicottiana. O primeiro destes é o segurar (*holding*) que, sendo bem-sucedido, promove na criança o sentimento de acolhimento em meio às situações ameaçadoras e angustiantes. O conceito de *holding* abarca “tudo aquilo que a mãe é e faz” (WINNICOTT, 2006, p.4). O *holding* é associado ao *handling* (*manejo dos cuidados*) e não se limita a execução de tarefas relativas à satisfação de necessidades fisiológicas, mas também inclui os gestos, o contato e as formas mais sutis de conexão com o bebê. A respeito disso, Winnicott (2006, p.54) propõe que

o ato físico de segurar a estrutura física do bebê que vai resultar em circunstâncias satisfatórias ou desfavoráveis em termos psicológicos. Segurar e manipular bem uma criança facilita os processos de maturação e segurá-la mal

significa uma incessante interrupção destes processos devido às reações do bebê às quebras de adaptação.

Sobre as necessidades do bebê, o autor faz uma distinção qualitativa entre dois tipos de contato demandado: necessidades relativas ao corpo e sinais de vida. Enquanto as primeiras se referem à adequação do ambiente ao bebê, atendendo suas necessidades de bem estar físico, as segundas remetem à experiência do contato com a vida de quem acolhe a criança, a partir da percepção dos batimentos cardíacos, respiração, cheiro e movimentos. Em consonância com esta ideia Plastino (op.cit.) afirma que o cuidado se dá no investimento no corpo do bebê de modo que seja possível a integração e experiência do sentido de ser.

A amamentação constitui outro processo marcante da relação mãe-bebê, que envolve o cuidado, o desenvolvimento físico e psíquico dos sujeitos. Nos estágios iniciais da vida infantil a alimentação representa um período significativo de atividade do bebê, sendo um canal de comunicação com sua mãe e indo além de uma prática meramente mecânica para fins de sobrevivência. Nesta ocasião o bebê adquire elementos para a formação de seu psiquismo a partir das trocas decorrentes desta interação. A amamentação permite também ao bebê desenvolver seus impulsos agressivos, necessários ao seu desenvolvimento emocional. A experiência de destruição do seio materno pode ser elaborada à medida que a mãe atua de modo a “sobreviver” aos ataques de raiva e frustração do bebê. Ao se proteger dos ataques de maneira adequada, sem retornar a agressividade sofrida, a mãe permite que o bebê reconheça seu objeto como algo distinto de si, nos diz Winnicott (op. cit)

Dias (2003), em sua leitura da teoria winnicotiana, explora a amamentação como um processo em que a mãe se coloca como o primeiro objeto de seu filho e nos esclarece o conceito da “primeira mamada teórica”, que compreende o conjunto das primeiras experiências deste processo, no período que vai do nascimento aos quatro primeiros meses. A autora apresenta três tarefas fundamentais, propostas pelo pediatra inglês, que o bebê precisa experimentar a partir do contato com o outro durante esta etapa inicial: a integração de espaço e tempo, a personalização em relação ao seu corpo e o início das relações objetais (DIAS, 2003, p.166). Estas tarefas que favorecem o desenvolvimento emocional no indivíduo podem ser representadas, respectivamente, pelas três funções

desempenhadas pela mãe: segurar, manipular e apresentar o objeto, segundo Winnicott (2006).

Desta forma, as relações objetais têm portanto seu início no processo de alimentação. Neste momento inicial de constituição é fundamental que o bebê viva a ilusão de criar os objetos que lhe promovam satisfação (WINNICOTT,1975) interagindo, explorando e este objeto no meio ambiente. É necessária a disponibilidade do objeto para que se configure um estágio de onipotência da criança. Quando a mãe atua orientada para a função de ser continente a onipotência do bebê é confirmada, visto que o mesmo tem respostas satisfatórias às suas demandas de acolhimento. Este estágio favorece o que o autor denomina de integração, que se estabelece na troca de identificações entre o bebê e sua mãe ao experimentarem a harmonia e a unidade oriunda desta ligação.

Cabe destacar que o estado de onipotência é gradualmente desfeito, na medida em que, com o desenvolvimento do bebê, a mãe se ocupa de outros aspectos de sua vida e não se apresenta mais, integralmente, em unidade com o bebê. Esta separação possibilita a expressão da raiva, a vivência e resistência à frustração que acompanharão o sujeito em toda a sua existência. Nesta interação com o não-eu a criança entra em contato com a realidade existente fora de si, com o mundo exterior, sendo então capaz de reconhecer o outro sem que este seja parte dela. É fundamental que este outro ainda se apresente de maneira adequada, embora não mais integralmente dedicado, pois permite a experiência de continuidade, apesar dos momentos de ausência.

Quando as primeiras relações do bebê com o mundo são bem sucedidas se estrutura uma área intermediária importante para a promoção de saúde e bem estar. Esta área, chamada por Winnicott (1975) de transicional, compreende as atividades lúdicas na infância e as experiências culturais na idade adulta. Os processos transicionais, iniciados na posse dos objetos transicionais no primeiro ano de vida, possibilitam a experiência subjetiva da fantasia sem que haja uma cisão com a realidade de maneira disruptiva. O indivíduo é capaz de se conectar com o real e também com aquilo que é imaginário se relacionando simultaneamente com o eu e o não-eu, com a realidade interna e com o mundo externo. Isto contribui para a vivência do fenômeno de realidade psíquica pessoal, considerando que se trata da capacidade de acreditar e confiar no mundo externo a partir do acúmulo de situações, sentimentos e sensações sentidas e vivenciadas.

O bebê, acolhido em suas necessidades, pode gradualmente se destinar ao reconhecimento de si nas relações com seus objetos e, posteriormente, se afirmar no meio social. Encontramos aqui a elaboração de um eu integrado, que compreende o real e também o não-eu, a partir da possibilidade de identificar-se com os demais e de experimentar o pertencimento em um meio de trocas e de satisfação.

Complementando as ideias de Winnicott, Safra (op.cit.) nos apresenta o conceito presente na cultura tradicional russa, *Sobórnost*, como uma condição de estar no mundo que compreende unidade e também singularidade com a comunidade. Essa existência apenas se viabiliza quando há acolhimento por parte do Outro, que ilumina e reflete as potencialidades de vida. *Sobórnost* é, portanto, um movimento de acolhimento e apresentação do mundo que permitem a construção própria experiência de modo espontâneo e único.

Esse processo ocorre de forma adequada quando o cuidador respeita aquele que recebe cuidados e permite seu gesto espontâneo em momentos de exploração e ou em ocasiões de tranquilidade (PLASTINO, 2009). A atitude de cuidado não deve ser invasiva, mas deve conter o respeito ao ritmo que o bebê estabelece quanto à sua fome, sua sensibilidade à temperatura, sons, luminosidade ou outro fator que incida sobre a experiência de estar no mundo. Winnicott (2006) faz crítica aos discursos técnicos e especializados sobre o cuidado com o bebê. Ele afirma que as mulheres detêm a capacidade natural de cuidar de seu filho e é capaz de realizar as tarefas necessárias e estabelecer o vínculo emocional com o mesmo. A literatura nos mostra que o cuidado independe de técnica ou experiência prévia visto que o mais relevante no processo de adaptação da mãe não é a resposta às exigências biológicas, mas o estabelecimento de uma relação afetiva e de conexão com vida do bebê.

Os bebês experimentam uma condição de dependência que os tornam muito vulneráveis e expostos a todos os estímulos do ambiente, fato este bastante ameaçador. Para que o bebê se sinta seguro e acolhido, a mãe é convocada a garantir sua segurança e também a exploração do ambiente de modo que ele acomode as experiências e estabeleça relações de confiança com este meio. Muitas vezes as mulheres se sentem inseguras quanto à capacidade de ser mãe. Diante disso, emergem discursos de especialistas que propõem ensinar técnicas para o exercício da maternidade, de modo a equipar melhor as mulheres para lidar

com as exigências decorrentes deste estado de integração inicial vivido com o bebê. Os exemplos são muitos! Recentemente, o pesquisador Chan Chuan-yu desenvolveu um aplicativo para celular chamado *Baby Cry Translator* cujo objetivo é traduzir o choro dos bebês. O estudo se baseou em uma amostra de 100 mil crianças de até um ano e a eficácia, de acordo com o desenvolvedor, é de 92,5%, conforme divulgado no site da revista Pais & Filhos. O pediatra e neurofisiólogo espanhol, Eduard Estivill, também faz parte dos renomados cientistas que discorrem sobre as dificuldades infantis. O médico, especialista nas questões do sono, aborda a temática da insônia infantil em seu livro, intitulado no Brasil de ‘Nana Nenê’, traduzido para mais de 20 países cujas vendas ultrapassam os 3 milhões de exemplares. Estivill desenvolveu um método, baseado em estudos científicos, que propõe o estabelecimento de regras e rotina para as crianças dormirem sozinhas. A aplicação da técnica muitas vezes é acompanhada do choro do bebê, mas o médico recomenda que os pais não cedam em pegar a criança no colo para aplacar o choro. Eles devem fazer contato em intervalos de tempo específicos para que o bebê aprenda a regra: dormir sozinho a noite inteira.

Winnicott (2006) critica a intervenção dos especialistas no processo do cuidado infantil visto que, para o autor, as mães são capazes de compreender o seu bebê e fazer o melhor por ele à medida que se coloca à disposição para traduzir seu sentimento, suas angústias e dificuldades se apresentando como uma figura de confiança na qual o bebê sente segurança. Badinter (2011) problematiza a questão considerando que o discurso das ciências humanas sobre o desenvolvimento saudável dos sujeitos, as críticas à industrialização dos alimentos e às ferramentas para as tarefas de maternagem que são capazes de substituir as mães – tal como as mamadeiras – representam uma visão naturalista da maternidade. Remetendo ao aspecto biológico como determinante da mulher para fornecer as condições necessárias para o desenvolvimento de seu bebê, este seria o retorno ou ainda o reforço de uma concepção naturalizada do papel da mulher. Seria, portanto, um mecanismo social de manutenção das mulheres no interior do lar, dedicadas ao cuidado infantil.

Embora Winnicott considere a preocupação materna primária como um estado assumido pela mulher de maneira natural, ele reconhece que nem todas, por razões de ordem subjetiva ou objetiva, podem se dedicar aos cuidados de seu filho integralmente. Caso não se exerça a maternagem de maneira adequada, o

bebê enfrenta agonias que remetem à ruptura representada pelo nascimento e a angústias tais como a sensação de queda no vácuo e demais experiências de despedaçamento e cisão entre psique e corpo. São situações de extremo desamparo que promovem rupturas muito significativas numa organização tão incipiente. O autor ilustra esta terrível experiência:

se deixado a sós por muito tempo (horas, minutos) sem nenhum contato humano e familiar, passam por experiências que só podem ser descritas por palavras como *ser feito em pedaços, cair para sempre, morrer e morrer e morrer, perder todos os vestígios de esperança de renovação de contatos*. (2006, p.76).

As falhas na conexão entre mãe e bebê podem ocasionar disfunções psíquicas e emocionais pois nesses casos o ego do bebê não se constitui a partir da relação de segurança e confiança no meio, o que se traduz em uma demanda de organização de si que despende muita energia. O papel importantíssimo da mãe é, portanto, funcionar como um ego auxiliar através de sua identificação com o bebê, favorecendo a construção do ego de seu filho, organizando-o e o contendo diante das angústias ameaçadoras de sua integridade, lhe preparando para a interação com o meio social de forma independente.

2.3.

A redes de apoio como estratégia de conciliação das múltiplas funções

Dado o nascimento do filho, a mulher sente os efeitos das transformações biológicas e sociais tornando-se “mais vulnerável à resposta de seu marido, da família ampliada e de seu bebê.” (BRADT, 2007, p.212). Esta condição requer que a mãe tenha suporte para lidar com as demandas do seu filho e se sinta íntegra em sua subjetividade, ou seja, para que as mães consigam desenvolver uma atitude de cuidado pautada na ética é preciso que sejam igualmente cuidadas. Winnicott (op.cit) compartilha a ideia de que a vivência adequada da preocupação materna primária ocorre quando há suporte do Estado, sob a forma da Previdência Social, de familiares, ou de outras redes de apoio. Quando a mulher se sente segura é capaz viver em função de seu bebê, de modo a ser sensível e atender às suas necessidades.

A disponibilidade materna para se dedicar ao desenvolvimento do bebê é um dos aspectos principais para a promoção da saúde física e mental dos indivíduos, de acordo com a concepção psicológica que orienta este estudo. Não temos dados quanto à precisão do tempo cronológico em que se conclui o processo de integração e isto nos faz problematizar a questão do período de afastamento do trabalho concedido às mulheres. No Brasil, a Constituição da República, promulgada em 1988, garante às mulheres licença maternidade remunerada no período de 120 dias após o parto e ainda garante sua estabilidade, sem possibilidade de demissão por parte do empregador no período entre o anúncio da gravidez e os cinco meses posteriores ao parto. Este tempo garantido é o tempo do calendário, que organiza a vida dos sujeitos contemporâneos em função do melhor aproveitamento na cadeia de produção e consumo. A ele se opõe o tempo favorável que possibilita a experiência de vida, que satisfaz o processo de desenvolvimento humano, sendo aquele tempo impossível de ser cronometrado, que permite a construção de significados a partir da relação com a alteridade (BITTENCOURT, 2005).

Assim, o cuidado enquanto uma atitude ética se contrapõe à lógica de produção e consumo na qual o investimento no outro ocorre enquanto objeto de satisfação. Bittencourt (op.cit.) corrobora esta ideia ao afirmar que vivemos em uma cultura que valoriza o tempo produtivo e prioriza as ações orientadas para objetividade e resultados concretos. De acordo com a autora, esta condição “leva o homem a tornar-se escravo do tempo de fazer e a perder a oportunidade de conhecer melhor o tempo de viver.” (2005, p. 93). Assim, se fazer presente e se entregar a um outro para viver este tempo é um grande desafio das mulheres que decidem pela maternidade em conjunto com o exercício de seus outros papéis sociais, pois além do fato deste tempo não ser capitalizado ele ainda é administrado em função de sua atividade produtiva.

Dias ressalta que o “primeiro sentido do tempo, no mundo subjetivo, é o da continuidade da presença, que se instaura pela experiência repetida da presença da mãe, da sua permanência, dos cuidados que lhe apresentam continuamente o mundo.” (2003, p.196). Portanto, se entregar à função materna não é tarefa fácil no contexto de “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001) em que vivemos. Badinter (op.cit) afirma que “em uma civilização em que primeiro o meu se erige como princípio, a maternidade é um desafio ou mesmo uma contradição.” Plastino

(op.cit.) afirma que a sociedade contemporânea perdeu a capacidade de investir na alteridade em virtude da valorização do individualismo, fato atestado pela falta de prestígio das ocupações que remetem ao cuidado.

O autor ressalta a recorrência, na clínica, de sintomas que remetem à falta de investimento na vida e nas relações. Esta seria uma evidência do processo de adoecimento que a dinâmica individualista e coisificada promove, especialmente, quando pensamos que esta lógica está presente desde os primeiros meses de vida, devido às exigências de se adequar a uma temporalidade padronizada e institucional. Conforme nos exorta Plastino:

Não é a falta que preside o processo de constituição da subjetividade, mas a presença. Quando esses cuidados falham, quando são dispensados, ignorando o movimento espontâneo do bebê, essa dinâmica é sufocada pelo imperativo de adaptação ao desejo do outro. (2009, p.82)

Diante de tantas pressões e imposições, Bittencourt (op.cit) acredita na possibilidade de elaborações criativas para lidar com as exigências da cultura e para produção da subjetividade em um ambiente nem sempre facilitador. Essa conclusão se inspira na obra de Certeau (1998) que ilustra, brilhantemente, a capacidade popular de criar respostas aos imperativos sociais e ideológicos, respostas estas chamadas de “invenção do cotidiano”. São criadas estratégias de reação como uma forma de subversão, garantindo assim uma experiência particular em meio ao que se impõe como padrão imutável.

A ordem efetiva das coisas é justamente aquilo que as táticas ‘populares’, desviam para fins próprios, sem a ilusão que mude proximamente. Enquanto é explorada por um poder dominante ou simplesmente negada por um discurso ideológico, aqui a ordem é representada por uma arte. (1998, p.88)

Assim podemos identificar algumas das táticas usadas pelas mulheres para enfrentarem os conflitos estabelecidos entre a maternidade e a carreira. A associação às redes de apoio pode ser compreendida como uma destas estratégias para reagir às regras e convenções geradoras de conflitos internos, que tendem a engessar a atividade espontânea do ser humano.

O primeiro passo é a escolha de cuidadores que possam substituir a mãe durante os períodos de ausência. Dentre os principais representantes dessa rede (que inclui também apoios institucionais como creches, etc.) destacam-se o pai e

as avós como figuras de suporte às necessidades da mãe. Bradt (op.cit.) afirma que dentre todas as fases do ciclo vital, o nascimento de um filho é um dos acontecimentos mais marcantes para a vida familiar, considerando as transformações que este fato implica para os pais e também para os demais membros, tais como avôs e avós. Este evento é um fenômeno que promove a maior interação entre as gerações, especialmente quando há a mobilização para auxiliar a família nuclear. “A mudança mais essencial da família ampliada, para o bem-estar de todos, é a de constituir recursos ativos para a nova família” (BRADT, 2007, p.213).

O apoio social favorece uma melhor elaboração das experiências estressantes, considerando que este mecanismo tem por objetivo auxiliar com informações, suporte prático ou ainda emocional, um indivíduo desprovido de todos os recursos necessários para conduzir determinada situação satisfatoriamente, nos falam Rapoport & Piccinini (2006). Os autores afirmam que experiência com o novo é sentida de forma mais ou menos intensa de acordo com dois aspectos: quando a mulher conta com uma rede de apoio para lhe oferecer suporte; e em função da forma como esta se coloca para a rede, acolhendo e pedindo ajuda. O suporte fornecido pelas redes de apoio familiares possibilita a melhor resposta às demandas do bebê, transmite mais estabilidade emocional para a vida conjugal e permite a construção de um estado de tranquilidade para a mãe, que pode sentir-se mais segura ao perceber a presença de alguém capaz de cuidar dela enquanto se dedica ao filho. Winnicott (1982) ressalta a importância da intervenção paterna para garantia do bem-estar físico e emocional da mãe e a implicação desta condição no ambiente, tornando-o mais acolhedor e seguro para o bebê se desenvolver.

Em outro estudo Rapoport & Piccinini (2004) comentam a respeito de dois fatores incidentes na escolha de cuidadores não parentais para as crianças de até um ano de idade: a atuação da mulher no mercado de trabalho e também a tendência ao isolamento e distanciamento da família ampliada, em função da cultura individualista. Conforme vimos acima, a cultura da parentela se dissolveu com a emergência do modelo de família burguesa. Assim, a mulher de classe média busca alternativas para o cuidado de seus filhos enquanto estão se dedicando às atividades profissionais. Assim, a terceirização do cuidado, representada especialmente por creches e babás, emerge como opção para os pais.

Fazer esta escolha, porém, não é uma tarefa simples considerando o entrelaçamento da questão com o nível sócio econômico familiar, as crenças sobre a formação educacional das crianças, o sentimento da mãe ao assumir que outra mulher cuidará de seu filho e ainda a falta de uma política nacional que regulamente os serviços prestados pelas creches.

Na pesquisa realizada por Rapoport & Piccinini (2011) os autores concluem que as mulheres com renda e escolaridades mais elevadas optam pela creche tendo em vista que este espaço oferece maior segurança, além de apresentar atividades orientadas a um projeto educacional e possibilitar a interação com outras crianças. O uso desses recursos, além de proporcionar alívio para as mães diante das suas exigências, permite que a criança estabeleça outras relações afetivas importantes para sua constituição subjetiva ao ser cuidada por outros adultos.

A adaptação da criança aos cuidadores não parentais é uma das principais temáticas que envolvem a escolha dos cuidados alternativos. Rapoport & Piccinini (2004) defendem que a adaptação da criança ao tipo de cuidado escolhido deve ser mediada pelos pais de forma progressiva, sendo fundamental o planejamento da mulher quanto ao retorno às atividades profissionais. Podemos correlacionar a temática da separação/adaptação infantil aos escritos de Bowlby (1984) a respeito da função do apego enquanto mecanismo adaptativo, ligado à sobrevivência da espécie, e ainda compreender que os tipos de apego, estabelecidos na interação entre os bebês e sua mãe, influenciam no enfrentamento das situações novas nas quais precisam se separar dos cuidadores. (BIAGGIO, 1988)

2.4.

Ser mãe é padecer no paraíso?

A maternidade ainda hoje é culturalmente caracterizada como uma função nobre e sacralizada quando abordamos as representações femininas. Entretanto, a experiência da maternidade é marcada por situações estressantes, especialmente, nos primeiros meses de vida do bebê. Rapoport & Piccinini (2011) ressaltam a dificuldade das mães em deixar de viver sua rotina para se adaptar ao ritmo do bebê, anulando muitas vezes suas necessidades básicas como o tempo para o repouso. Estes aspectos negativos e desgastantes que acompanham o nascimento

de um bebê não são evidenciados ou discutidos no meio social, que aponta apenas para as situações satisfatórias e sentimentos positivos em relação à maternidade. As mulheres sofrem com a culpa por não se sentirem completamente realizadas no exercício da função materna e ainda por carregarem sinais de desespero e descontentamento, diante de alguns eventos deste período inicial. Elas não podem expressar sua frustração, arrependimento ou qualquer outro sentimento negativo de insatisfação decorrente da experiência com seu filho, em virtude da falta de compreensão e reprovação social. Afinal, ser mãe foi uma escolha. (BADINTER,2011)

A mãe experimenta mudanças bruscas quanto à sua posição no mundo e quanto às satisfações e frustrações que a maternidade pode lhe proporcionar. A mudança feminina, para Rapoport & Piccinini (2011), ocorre de modo mais intenso quando comparada com outros membros da família, pois, além de todas as transformações corporais, a mulher precisa desiludir um bebê que a princípio seria seu objeto de completude, para confrontar com a fragilidade deste, que lhe exige constantemente a servi-lo.

Com destaque à mãe, ela terá que passar pelo rompimento de uma fusão com o feto e das fantasias de completude e onipotência existentes na gravidez para uma situação de adaptação ao filho real que não corresponde ao imaginado. Por fim, vai ter que manejar seus medos em lidar com o bebê frágil e aprender a tolerar e obter satisfação a partir das exigências de um bebê totalmente dependente dela. (Rapoport & Piccinini, 2011, p. 8)

Neste estudo desenvolvido por Rapoport & Piccinini são elencadas situações estressantes vividas por 39 mulheres da capital gaúcha no primeiro ano da maternidade. As participantes da pesquisa destacam eventos marcados por desconforto físico ou psicológico, são eles: “período pós parto; amamentação; insônia do bebê, cuidados iniciais, adoecimento do bebê, banho no bebê, desmame, aprendizagem do bebê e intromissão dos avós” (2011, p.4). Algumas das categorias apresentadas na pesquisa se referem à inexperiência nas práticas de cuidado com o bebê, e também à falta de apoio para o exercício da função materna. Outro aspecto evidenciado é a transição do lugar de cuidado, característico da gravidez, para o lugar de cuidadora após o nascimento do bebê. Não só de satisfação vive a mulher-mãe: “o filho-falo da Psicanálise, que

supostamente, tornaria a mulher superpoderosa, revela sua face de filho-fardo.” (BACHA,2012, p.97)

A convocação ao papel de cuidadora evoca nas mães inquietações quanto à sua capacidade de manter seu bebê vivo e saudável, podendo desencadear instabilidade emocional na mesma. As angústias que acometem a mulher podem se transformar em sintomas ansiosos ou depressivos. Ao exercer sua autonomia na decisão pela maternidade, parece que a mulher se compromete por solucionar sozinha os conflitos decorrentes de sua escolha, considerando que não há uma solução comum, compartilhada pela sociedade em geral, ou ainda, se confrontam com a falta de experiências pregressas de suas mães e avós para lhes orientar na conciliação de todas as demandas (BARBOSA & ROCHA-COUTINHO, 2007). Se faz necessária a formulação de políticas públicas, especialmente nos hospitais, de modo a propagar o discurso sobre a maternidade, contemplando seus aspectos positivos e negativos a partir da construção de um espaço que comporte as ambivalências desta experiência tão marcante para o ciclo vital. A falta de espaço para discussão dos conflitos e aspectos negativos da maternidade ressoam como uma penitência que as mulheres devem pagar por se apropriarem do direito de buscar satisfações diversas, conforme suas prioridades e seu próprio desejo. É o preço a se pagar pela autonomia.

Porém, as dificuldades e percalços enfrentados pelas mães e pais poderiam ser superados quando estes conseguem sentir amor por seus filhos, de modo a serem tomados pelo sentimento de afeição que a criança pode despertar, segundo concluem Rapoport & Piccinini (2011). Assim é possível conferir significado ao dito popular: “ser mãe é padecer no paraíso” visto que a experiência comporta ambiguidades e conflitos entre realização, amor e entrega e cansaço e angústia.